

CAPÍTULO 11

REFLEXÕES SOBRE O CONTATO LINGUÍSTICO NOS PALOP E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ÁFRICA

Alexandre António Timbane

11.1 INTRODUÇÃO

O bloco dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) é composto por cinco países ex-colônias de Portugal: Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. A Constituição da República de Moçambique (2004, Art. 10º), a Constituição da República de Angola (2010, Art. 19) e a Constituição da República de Cabo Verde (1999, Art. 9º) determinam que o português é a **única língua oficial**. As constituições de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau não fazem alusão à língua portuguesa (LP), mas não a LP deixa de ser oficial na vida prática. A Guiné-Equatorial não foi colónia de Portugal oficialmente reconhecida,¹ mas entrou recentemente na CPLP (desde 23 de julho de 2014).

1 A passagem dos portugueses pela Guiné-Equatorial, datada de 1471, deixou marcas linguísticas, como é o caso do crioulo de base lexical portuguesa. Os portugueses deixaram marcas da escravização com o estabelecimento de postos de tráfico de escravizados.

Esses países africanos fazem fronteira com países angolófonos e francófonos, o que propicia relações linguísticas próximas. As línguas oficiais faladas pelos países vizinhos se tornam línguas estrangeiras modernas na educação. Essa é uma lei de sobrevivência porque o isolamento linguístico causa problemas na integração e nas relações econômicas e políticas. Em contrapartida, as línguas autóctones não são oficiais (na grande maioria dos países africanos) e são utilizadas em contextos locais (cerimônias tradicionais, usos familiares).

Assume-se como *contato linguístico* o processo de convivência de duas ou mais línguas num mesmo grupo populacional. Trata-se não só do uso, mas também das relações interativas entre falantes de duas ou mais línguas diferentes. É nesse processo que emerge o bilinguismo ou trilinguismo que, em muitos momentos, leva a alternâncias de código (*code-switching*) ou mistura de línguas (*code-mixing*). O bilinguismo pode ser individual ou social. Olhando para o mapa da localização dos PALOP (Mapa 12.1), observa-se que os PALOP fazem fronteira com os seguintes países: África do Sul, Suazilândia, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia (fronteira com Moçambique), República Democrática do Congo, a Zâmbia e Namíbia (fronteira com Angola), Senegal e Guiné-Conacri (fronteira com a Guiné-Bissau), e Camarões e Gabão (Guiné-Equatorial). São Tomé e Príncipe e Cabo Verde são ilhas e se localizam bem distantes de fronteiras secas.

As populações das regiões fronteiriças compartilham línguas e isso provoca contato não só entre as línguas oficiais desses países, mas também entre as línguas autóctones não oficiais. Os limites linguísticos são diferentes dos limites geográficos. O contato entre povos e línguas é permanentemente motivado pelas relações econômicas, culturais e políticas. No Brasil, por exemplo, o *portunhol* resulta dessas relações entre brasileiros falantes de português e paraguaios, uruguaios, bolivianos, colombianos, venezuelanos e argentinos falantes do espanhol. Esse fenômeno também acontece com os povos vizinhos dos PALOP.

As regiões de fronteira são o *berço da internacionalização* das línguas faladas nos países vizinhos. Esse processo só se efetivará quando houver políticas linguísticas em ambos os vizinhos. Mesmo quando há políticas linguísticas, as populações da região de fronteira estabelecem relações que permitem o uso e troca de saberes linguísticos, porque as fronteiras geopolíticas são diferentes das fronteiras econômicas, sociais e culturais. Em muitos casos, a partilha de África, realizada em 1884/1885 na Conferência de Berlim, não respeitou as identidades socioculturais dos povos. Esses povos que ficaram de outro lado da fronteira geográfica estabelecida têm relações de parentesco, levando a uma situação de dependência mútua.

É nessa senda que entra em jogo a necessidade de contato por meio da língua africana ou ainda da língua oficial do país vizinho. No caso dos povos vizinhos dos PALOP, há um conhecimento linguístico mútuo em língua africana ou ainda em língua oficial. É justamente nesse ponto em que os PALOP aproveitariam internacionalizar a LP, buscando a sua expansão e apoiando o ensino e a consolidação da LP além-fronteiras. A localização estratégica dos PALOP seria um bom incentivo para a internacionalização da LP se pensássemos na língua com meio de comunicação e de

estabelecimento de políticas econômicas e políticas. Daí se questiona: de que forma os PALOP internacionalizam a LP com os seus vizinhos? Considere-se que:

- Nos PALOP, não há políticas linguísticas em prol da internacionalização da LP, muito menos das línguas autóctones;
- Os PALOP não possuem recursos que podem proporcionar uma internacionalização do português mais robusta;
- Os PALOP ainda não sentem a LP como sua língua, daí o preconceito com a relação à variedade.

Esse cenário dificulta sobremaneira a expansão e difusão da LP na África, mas mesmo assim, ela acontece. Este capítulo explora os contextos da internacionalização da LP em países vizinhos dos PALOP, considerando as relações linguísticas e suas políticas linguísticas nas interações entre os vizinhos dos PALOP. A partir desse cenário, pauta-se uma explicação para as razões da fraca ou da inexistência da internacionalização da LP e embasa uma proposta de caminhos para uma internacionalização mais eficaz.

O capítulo inicia-se analisando a complexidade de isolamento geolinguístico de um país e a necessidade de filiação indevida para a sobrevivência. Seguidamente, o texto debate a expansão da LP nos países vizinhos dos PALOP e as políticas da internacionalização da LP. Apresentam-se de forma particular como cada PALOP de localiza geograficamente e as relações com LP com país vizinho.

11.2 O ISOLAMENTO GEOLINGUÍSTICO E A LEI DE SOBREVIVÊNCIA NOS PALOP

Os povos das regiões fronteiriças vivem o bilinguismo na sua essência conceitual e pragmática. Normalmente são povos falantes de línguas diferentes, mas que um precisa da língua do outro para sobreviver ou para estabelecer relações de qualquer forma. Segundo Pitton (2018, p. 28), “se o bilinguismo é usado para **vender** a fronteira, porque permite a comunicação por meio da separação, a fronteira continua a ser essencial na definição e na marcação do bilinguismo”. O bilinguismo não é prejudicial, mas sim o socorro para estabelecer a comunicação com o outro que está de outro lado da fronteira. A língua é portadora de cultura e, como tal, é de grande interesse para a geografia política, no que se refere à sua distribuição espacial. É na língua que se encontram as interpretações semânticas da língua, assim como a interpretação do mundo.

Alguns países adotam estratégias políticas para estabelecer parcerias linguísticas com outras nações. O primeiro aspecto a marcar é que as fronteiras políticas são diferentes das fronteiras culturais e sociais. Assumimos que a lusofonia é um termo meramente político e não linguístico porque se assim fosse, Cabo Verde seria crioulofona e não lusófona. Se a fonia “o som” dos cabo-verdianos é o cabo-verdiano, como se justifica que tenha a LP como oficial? A resposta se encontra na política linguística que estabelece o lugar de cada língua em Cabo Verde.

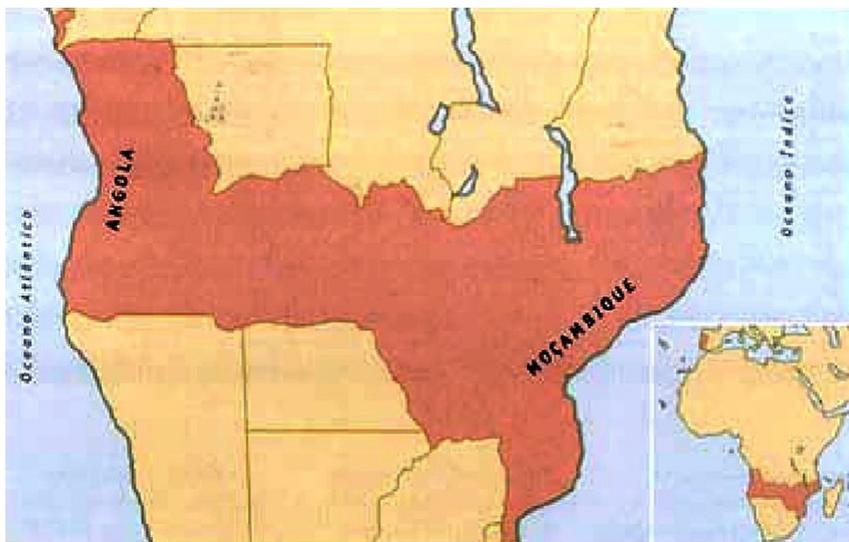
Por outro lado, como se justifica que um país bantófono e lusófono, como Moçambique, sob o ponto de vista da “fonia” pertence à *Commonwealth*?² É uma organização intergovernamental de países de língua oficial inglesa na grande maioria, composta por 53 países membros cujo objetivo é de promover a democracia, Direitos humanos, boa governança, Estado de Direito, liberdade, livre comércio, paz mundial e multilateralismo. A língua oficial da organização é o inglês. Na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Moçambique é o único que se filiou. A razão do ingresso nesse momento se encontra na política linguística. Como se justifica que países, como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau façam parte da francofonia? Mais uma vez a resposta está na política linguística. Como se justifica que a Guiné-Equatorial tenha o francês, espanhol e português como línguas oficiais? E como esses PALOP internacionalizam a LP nessas organizações internacionais? Não há notícias de algum esforço nesse sentido. Mas entende-se que seriam potenciais impulsionadores da expansão da LP.

Tudo indica que não há políticas para fomentar o ensino e expansão do português nesses países membros dessas organizações. Entende-se que os PALOP se filiam a essas organizações com intenções muito bem definidas e que essas intenções não incluem a LP. A presença dos PALOP nessas organizações se justifica pela sobrevivência devido ao isolamento linguístico a que estão inseridos.

O Governo Português apresentou em 1886, o Mapa Cor-de-Rosa que pretendia unir território desde Angola até Moçambique, como se pode ver no mapa a seguir. Portugal tinha o objetivo de evitar o isolamento entre Moçambique e Angola e facilitar o escoamento de escravizados de Moçambique até a Costa Atlântica (Luanda). Esse desejo não se materializou porque a Inglaterra não aceitou a proposta de Portugal logo a prior porque tinha outro plano: ligar Cairo (Egito) ao Cabo (África do Sul). O tráfico de escravizados de Moçambique para Luanda (Angola) teve muitos bloqueios e dificuldades porque os portugueses eram obrigados a passar por terras da Inglaterra. A via marítima não era favorável porque muitos navios não tinham tecnologia e naufragavam no Cabo de Boa Esperança (África do Sul) na zona de convergência dos Oceanos Índico e Atlântico.

2 A *Commonwealth* é uma organização intergovernamental de países de língua oficial inglesa na grande maioria, composta por 53 países membros cujo objetivo é de promover a democracia, Direitos humanos, boa governança, Estado de Direito, liberdade, livre comércio, paz mundial e multilateralismo.

Mapa 11.1: Mapa Cor-de-Rosa.



Fonte: <https://www.leme.pt/magazine/efemerides/0111/ultimato-britanico-de-1890.html>.

Os interesses econômicos, políticos e culturais são frequentes em países africanos. A oficialização de três línguas europeias por parte da Guiné-Equatorial demonstra esse interesse que na visão desses Estados é útil como vantagem para sobreviver num mundo globalizado em que as línguas europeias são instrumentos de poder econômico.

11.3 A EXPANSÃO DA LP NOS PAÍSES VIZINHOS DOS PALOP

A África possui mais de 2 mil línguas pertencentes às seguintes grandes famílias: Afro-asiático, Nilo-saariano, Koisán, Niger-Congo (ou Niger-Cordofano). A maioria dessas línguas é do grupo bantu e estão divididas em 16 zonas codificadas pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R, S (NURSE, PHILIPPSON, 2014). Não se sabe com exatidão a quantidade línguas faladas porque “há línguas que estão sendo ‘descobertas’ pela descrição em curso e outras que estão desaparecendo, em consequência de reduzido número de falantes” (PETTER, 2015, p. 15, grifo da autora). A língua inglesa vem sendo a mais falada como língua oficial ou língua segunda devido à quantidade de colônias inglesas e também da “construção ideológica do inglês enquanto língua global” (RODRIGUES, 2011, p. 18). Em cada um dos 56 países se oficializou uma ou mais das seguintes línguas: árabe, português, espanhol, inglês, francês e neerlandês. O Árabe é oficial em muitos países da África do Norte (Egito, Djibouti, Líbia, Marrocos). Poucos países (África do Sul, Tanzânia, Eswatini, Etiópia, Quênia, Somália, Uganda, Zimbábue), oficializaram alguma língua africana.

Mapa 11.2: Mapa PALOP.

Fonte: Wikipédia.

No mapa, pode-se observar a localização dos PALOP (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Equatorial) e os países que fazem fronteira.

11.3.1 OS PAÍSES VIZINHOS DE MOÇAMBIQUE E SUA RELAÇÃO COM A LP

Moçambique faz fronteira com seis países, a saber: a norte Tanzânia; a noroeste, o Malawi e a Zâmbia; a oeste, o Zimbábue, a África do Sul e a Suazilândia; a sul, a África do Sul. A LP tem influenciado em grande medida as diversas línguas faladas em países vizinhos dos PALOP. O português é falado na África do Sul devido às relações históricas com Moçambique. A África do Sul, sendo um país mais desenvolvido na África Austral, recebe muitos moçambicanos e angolanos que vão trabalhar nas minas e em diversas profissões. Quando houve expulsão dos portugueses em Moçambique no ano de 1974, muitos deles se refugiaram-se na África do Sul e levaram consigo a LP. Por isso que há uma comunidade portuguesa muito grande naquele país.

A guerra moçambicana (entre os partidos FRELIMO e RENAMO) da luta pela democracia durou 16 anos e provocou o deslocamento de muitos moçambicanos para Reino de Swatini, para República de África do Sul e Zimbábue. Nessa diáspora, a LP

jamais foi esquecida. A LP está em rápido crescimento na África do Sul, especialmente nas zonas fronteiriças, como Namaacha, Ressano Garcia e Ponta de Ouro, onde há moçambicanos vivendo em Moçambique, mas deslocando-se diariamente para África do Sul. O português é aprendido na África do Sul como língua estrangeira, tanto no ensino secundário quanto no ensino superior.

É importante lembrar que a África do Sul é um exemplo importante de política linguística na África, uma vez que oficializou 11 línguas, segundo a Constituição da República daquele país, em seu artigo 6º, capítulo 1 (BOSTOCK, 2018). As universidades sul-africanas têm cursos de língua portuguesa. O estudo de Barnes e McDuling (2008) aponta que, em 1991, o português era falado por mais de 48 mil pessoas como língua materna. A maioria dos usuários de LP eram imigrantes oriundos de Portugal, Angola e Moçambique.

O Zimbábue, segundo Makoni (2011), também tem falantes de português, a maioria são moçambicanos imigrantes e deslocados de guerra civil ocorrida durante 16 anos em Moçambique. No Zimbábue, o português é ensinado como língua estrangeira junto com o francês e o mandarim, segundo Gora (2017). A existência de línguas africanas comuns entre o Zimbábue e Moçambique aproxima esses povos, o que de certa forma contribui para casamentos entre moçambicanos e zimbabueanos. As línguas comuns entre os dois países são cindau, cichona e xichangane.

No Malawi, país vizinho de Moçambique há uma a situação sociolinguística semelhante à de Zimbábue. O português é aprendido como língua estrangeira e é bastante falado nas zonas fronteiriças. Matiki (2002) demonstra essas relações íntimas e, sobretudo linguísticas entre os povos de Malawi e de Moçambique, até que porque as línguas ciyao, cisena cimakonde, citonga são faladas nos dois países. Como dissemos, em função do processo da partilha da África, os limites linguísticos são diferentes dos limites geopolíticos. As zonas fronteiriças são o berço da expansão e crescimento do português na África Austral.

As relações entre Tanzânia e Moçambique são seculares. Foi em Tanzânia onde os moçambicanos tiveram a preparação militar para a luta armada contra o colonialismo português nos anos 1960. É lógico que esse contato entre tanzanianos e moçambicanos deixou resquícios do português para além do swahili (NGONYANI, 1995), que é uma língua comum nos dois contextos. A LP continua sendo a língua estrangeira em algumas universidades tanzanianas. Enquanto a LP se internacionaliza, em Moçambique se observa um grande crescimento de falantes como língua materna (Quadro 11.1).

Quadro 11.1: Falantes de línguas bantu e português como língua materna em Moçambique

Língua materna	% de falantes em 1980	% de falantes em 1997	% de falantes em 2007
Bantu	98,8	93,5	89,3
Português	1,2	6,5	10,7

Fonte: INE *apud* Timbane (2013, p. 36).

Os dados dos censos do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, realizado em 1980, 1997 e 2007, mostram um crescente número de falantes de português como língua materna, resultado de políticas linguísticas estabelecidas desde 1975, ano da proclamação da independência. Contrariamente a essa tendência, as línguas bantu decrescem, caminhando para o perigo de extinção ao longo dos tempos, especialmente nas zonas urbanas. Que fique claro que o português falado é uma variedade, porque o contato desta com as línguas bantu provocou interferências que contribuiram para a formação da variedade moçambicana de português.

Apesar de Moçambique ser o PALOP com mais países vizinhos, na sua política linguística não exerce nenhum poder com relação aos outros países vizinhos. Não há política de incentivo aos vizinhos, não há colaboração com os vizinhos para que a internacionalização da LP seja mais eficiente. Jamais houve debate público sobre o apoio linguístico, mesmo para Tanzânia que foi o maior aliado na luta contra o colonialismo.

11.3.2 OS PAÍSES VIZINHOS DE ANGOLA E SUA RELAÇÃO COM A LP

Na região de Angola, a LP chegou em 1491 com os exploradores que estabeleceram contatos e estabeleceram a religião cristã, tendo realizado acordos com o Rei de Kongo. A Angola faz fronteira com esse país por meio da Província de Cabinda e ao norte faz divisa com a República do Congo.

Quadro 11.2: Línguas da República do Congo

Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria D
Línguas maternas	Línguas nacionais	Língua oficial	Línguas estrangeiras
kiboa kilega mashi kitembo kihemba kivira otetela	ijagó kiswahili ciluba kikongo	francês	inglês alemão português italiano

Fonte: Kabale (2021, s.p.).

Como se pode observar no Quadro 11.2, o francês é a única língua oficial, no meio em tantas línguas africanas faladas pela maioria dos congolezes. O país tem uma política de acolhimento do português como língua estrangeira, que é ensinada especialmente nas universidades. Kiamba (2007) analisou a situação da educação naquele país e destacou a relevância de ensino em línguas locais nos estabelecimentos de ensino, valorizando as línguas autóctones.

Se queremos um desenvolvimento endógeno, como Ki-Zerbo (2006) afirmava, a África precisa pensar nas suas línguas: “Não creio que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer às línguas africanas. Em contrapartida, se recorrêssemos a essas línguas, poderíamos fixar-nos, com objetivo a médio prazo, assegurar a alfabetização total” (KI-ZERBO, 2006, p. 152). A internacionalização da LP nas relações entre Angola, especialmente na província de Cabinda e a República de Congo ainda é fraca. As negociações entre esses dois países abrangem o nível econômico, político e cultural, mas jamais envolve a expansão e ensino da LP. A verdade é que o contato entre línguas dos dois países está presente e exerce um poder considerável na vida dos dois povos.

11.3.3 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)

Contrariamente ao Brazaville (Capital da República do Congo), Kinsasha (capital da República Democrática do Congo) teve relações políticas muito fortes com Angola e com Portugal. Velez (2015) explica que, a partir do final do século XV, a LP entrou em contato com uma vasta população de língua Kikongo, visto que foi em 1482 que Diogo Cão chegou à foz do rio Congo, hoje Zaire. Do lado português, os agentes desse contato eram principalmente missionários e comerciantes, mas também funcionários públicos, professores, militares e artesãos. Na evangelização por capuchinhos italianos, vemos que a língua portuguesa mantém sua posição privilegiada na RDC.

De acordo com Makita (2013), na RDC existem quatro línguas principais: o kituba (kikongo), o ijagó, o swahili e o tshliuba. O autor desenvolveu um estudo exaustivo sobre os contextos sociolinguísticos da RDC incluindo a política e o planejamento linguístico, mas sem explorar a LP. O português apenas se faz sentir na zona fronteira com Angola, mas de forma espontânea e sem pressão da política linguística. A RDC compartilha com Angola uma fronteira terrestre de 2.511 km, o que faz com que os povos das regiões de Banana, Boma, Kwit, Tshikapa e Kolwezi possam interagir com angolanos e vice-versa. As províncias de Zaire, de Uige, Lunda Norte e Lunda Sul fazem fronteira com a RDC. O português desempenhou nas zonas fronteiriças com a RDC um papel importante, assumindo o estatuto de língua franca desde a costa africana até a atual RDC.

A Zâmbia faz fronteira com sete países: dois lusófonos (Moçambique e Angola) e quatro anglófonos (Tanzânia Namíbia, Zimbábue e Malawi e um (RDC) francófono). Muitos angolanos e moçambicanos vivem na Zâmbia, ambos povos imigrantes chegados devido à busca de emprego ou mesmo fugindo das guerras nos seus países. O governo se viu obrigado a conceder o ensino da LP dada a presença de muitos lusófonos habitando o país. A depender da fronteira, a Zâmbia recebe influência oficial do inglês, que é a língua de ensino. Observa-se que na Zâmbia o inglês é língua oficial. O português é língua de comunicação nas zonas fronteiriças com Moçambique e Angola.

A Namíbia faz fronteira com Angola. O país estabeleceu uma política linguística que ajuda na internacionalização da LP. O Ministério da Educação (NAMÍBIA. *Ministry of Basic Education, Sport and Culture*, 2003) elaborou diretrizes que apoiam o ensino da LP no primeiro nível de ensino, mas também é ensinada como língua estrangeira. Por outro lado, há que considerar o contato linguístico entre os povos khoisan de Angola e da Namíbia. Os povos khoisan de Angola deslocaram-se para a Namíbia e Zâmbia devido à guerra ocorrida na década de 1970, 1980 e 1990. Na República da Namíbia, os vakwedi/kwedi, os san e os malili se encontram num estado de convívio isolado do resto de qualquer sociedade, vivendo uma cultura considerada primitiva distanciando-se das sociedades bantu (PEDRO; MUSSILI, 2021). Os povos khoisan localizam-se na Namíbia, Botswana, Angola, Zâmbia, Zimbábue, África do Sul, Lesotho e Eswatini (PAKENDORF; STONEKING, 2020) e suas línguas se misturam com as dos outros khoisan e também com as do grupo bantu. Desses, alguns países têm uma política e planejamento linguístico consistentes e outros nem tanto. Em Angola, apenas se oficializou o português, o que faz com que os khoisan sejam reduzidos e isolados comparativamente aos bantu. Há aqui, um processo de “integração”, vista aos olhos de antropólogos e sociólogos como aculturação.

11.3.4 OS PAÍSES VIZINHOS DA GUINÉ-BISSAU E SUA RELAÇÃO COM A LP

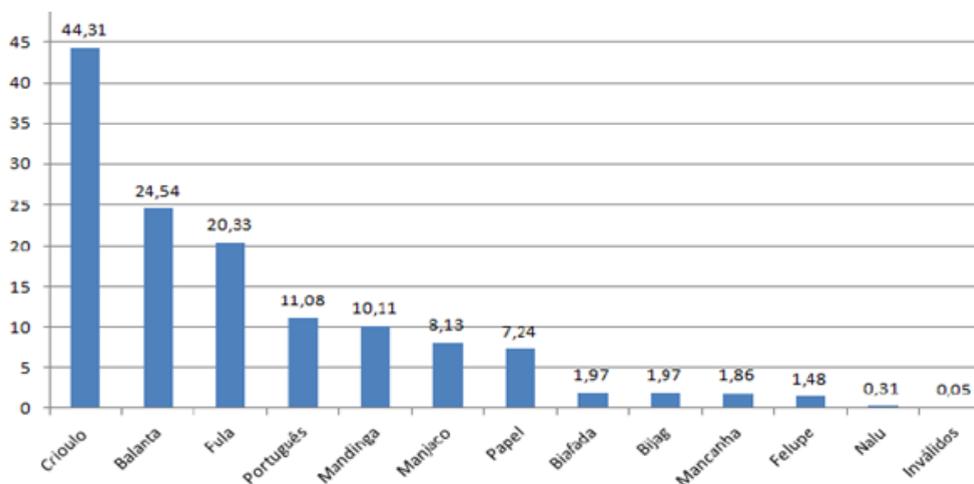
A Guiné-Bissau tem mais de vinte grupos étnicos entre os quais se destacam balanta, fula, manjaco, mandinga, pepel, mancanha, beafada, ijagó, felupe, nalu, tanda, cololi, susso, cada um com a sua língua. Dessa forma, o país apresenta uma vasta di-

versidade linguística e cultural. O crioulo não é língua de nenhuma etnia, mas sim de todos os povos, criada durante o período da colonização e escravização colonial (NAMONE, TIMBANE, 2017, p. 43). Para Dabó (2021, p. 21), o crioulo é uma “língua nacional da Guiné-Bissau é resultante do contato da língua de superstrato, o português, e as diversas línguas de substratos, as africanas pertencentes à família Níger-Congo”. É uma língua de base lexical portuguesa e de gramática das línguas africanas (TIMBANE; MANUEL, 2018). Esse crioulo guineense é falado no Senegal devido às relações étnicas, culturais, religiosas que os dois povos possuem.

Para além do português que é uma língua de origem europeia, os guineenses falam o francês (5,1%), o inglês (2,9%), o espanhol (0,5%) e o russo (0,1%), segundo INE/GB (2009). Uma das razões da inclusão dessas línguas é a localização geográfica da Guiné-Bissau e o interesse na política linguística. A Guiné-Bissau faz fronteira com países francófonos, o que favorece a comunicação com outros países e nações. A ideia é de realizar intercâmbio com outras nações pelo mundo, mas com especial atenção aos países que fazem parte da África Ocidental.

Como visto, o país apresenta várias línguas, das quais o crioulo é a mais falada, por cerca de 40%, segundo Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991, realizado pelo Instituto Guineense de Estatística e Censo. Entretanto, o português tem estatuto de língua oficial e do ensino, embora seja falado por 11% da população, segundo o recenseamento referido (NAMONE; TIMBANE, 2017, p. 43).

Gráfico 11.1: Percentagem de falantes das línguas na Guiné-Bissau.



Fonte: Namone e Timbane (2017, p. 51).

O Gráfico 11.1 mostra que há 44,31% de pessoas que falam o crioulo. Essa é uma prova contundente da importância do crioulo no contexto guineense. Um dos insucessos do português (11,08%) de falantes como segunda língua prova que a política linguística deve mudar a sua visão com relação ao crioulo (NAMONE, TIMBANE,

2017, p. 51). Nas escolas, os professores se esforçam em pronunciar como em Portugal, ensinam na base de uma gramática e dicionário elaborados por portugueses o que de certo fica encarada a variedade europeia do português. Essa atitude desconsidera a variedade local que se manifesta no cotidiano.

O português é uma das línguas faladas no Senegal graças ao impacto da Guiné-Bissau. Historicamente, o Senegal teve a colonização portuguesa no século XV, até porque surgiu um crioulo de base lexical portuguesa. Desde 1961, o português é língua de ensino em diversos sistemas de ensino e com mais divulgação na região fronteira com a Guiné-Bissau. Tanto o guineense (crioulo da Guiné-Bissau) e o português são falados no Senegal. A Universidade Sheikh Anta Diop, em Dacar, inaugurou em 2006 um grande centro de língua portuguesa, vinculado ao Instituto Camões, cuja função principal é difundir o português no país.

A cooperação entre Portugal e Senegal é muito forte em Senegal, como mostram os estudos apascentados no Colóquio Internacional do Ensino Recíproco do Francês e do Português na África Ocidental (Université Cheikh Anta Diop, 2004). Labruné-Badiane (2013) analisa que o português no Senegal e, em especial, no Casamansa foi a língua mais difundida e expandida pelos afro-portugueses, Cabo-verdianos e portugueses. Os casamentos e o interesse econômico contribuíram para o avanço do português na África Ocidental.

A Guiné-Conacri faz fronteira com a Guiné-Bissau ao Sul e Leste. Há compartilhamento de algumas línguas africanas: fula (33,4%) e mandinga (29,4%). O povo da Guiné-Bissau e o povo da Guiné-Conacri têm a mesma origem étnica e se separaram devido à partilha de África por parte das potências europeias na Conferência de Berlim em 1884/1885. Atualmente, para além das línguas africanas, os dois povos compartilham o francês e o português nas zonas fronteiriças. Barry (2021) não relata casos específicos de ensino do português no país, mas sim as relações de complementaridade entre o francês e as línguas autóctones.

O francês é língua oficial, portanto, língua de ensino, da política, das publicações literárias e científicas e até de uso na mídia local. O árabe é falado por 87% da população como língua da religião (BARRY, 2021) e ocupa um lugar privilegiado para além das diversas línguas de origem africana. A fronteira entre a Guiné-Bissau e Guiné é de 386 km, mas não há uma interação mútua entre populações devido a dois fatores: a) é uma região de floresta rica em madeira e em minérios e que vive tensões militares o tempo todo; b) as questões diplomáticas não conseguiram solucionar os problemas da delimitação deixados por França e Portugal na Convenção de 12 de maio de 1886.

11.3.5 OS PAÍSES VIZINHOS DE CABO VERDE, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E SUA RELAÇÃO COM A LP

O Cabo Verde é um país insular localizado num arquipélago no Oceano Atlântico central e não tem fronteira terrestre com nenhum país. As distâncias geográficas não permitem uma influência linguística mútua entre países. São Tomé e Príncipe tam-

bém é composto por ilhas, localizado à 300 km da costa do Gabão. A internacionalização da LP nesses dois países se realiza por meio de formas artísticas e culturais.

A presença de crioulos que dominam nesses espaços faz com que o português seja apenas língua do Estado, havendo desejo permanente para que as línguas locais tenham o seu devido espaço de uso em pé de igualdade com o português. Segundo Carvalho e Sá (2007), o deslocamento de cabo-verdianos para o mundo, nomeadamente na Holanda (5%), França (6,5%), Portugal (18,7%), Luxemburgo (1,8%), Canárias (1,1%), Brasil (0,3%), EUA (25%), outros (40%) é motivada pela busca de oportunidades acadêmicas, de emprego para além de fatores sociais como o casamento.

Há mais cabo-verdianos fora do que dentro do país. Esses imigrantes, para além do crioulo que levam na bagagem linguística, incluem a LP, constituindo assim, a fonte da internacionalização da variedade cabo-verdiana do português além-fronteiras. A presença de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em diversas organizações internacionais traz visibilidade à variedade cabo-verdiana do português. Há que se realçar que o português está em permanente contato com o cabo-verdiano, falado por 99% da população, ocorrendo interferências de todo tipo. Observa-se um fenômeno especial: o regresso de unidades lexicais emprestadas na formação do crioulo para a língua portuguesa. Nesse regresso há mudanças semânticas, fonológicas dessas unidades lexicais que outrora saíram do português para o cabo-verdiano e que agora regressam para o português com outra carga semântica e fonológica.

11.3.6 SOBRE A GUINÉ-EQUATORIAL E O IMPASSE POLÍTICO NA IMPLEMENTAÇÃO DA LP

A Guiné-Equatorial é o mais novo país na CPLP. Vários estudos ainda revelam incipiência no avanço da LP nesse país. Leviski e Timbane (2020) evidenciam essa fragilidade especialmente no planejamento linguístico: está sendo difícil gerir o espanhol, o francês e o português num espaço em que se concorre para diversas línguas autóctones: Língua fang (A75) ou feng, Língua bubi (A31) ou bube, Língua seki (B22b) ou beseki ou seké, Língua ngumba (A81) ou kwasio ou magbea ou mvumbo ou ngoumba, Língua gyele (A801), do grupo makaa-njen, Língua yassa (A33a) ou lyasa ou yasa, Língua Krio ou pichi ou Fernando Pó Creole Inglês e Língua Fá d'Ambô ou annabonense ou anobonesa (LEVISKI, TIMBANE, 2020, p. 125-126). Os códigos entre parênteses são a indicação da classificação das línguas africanas, de acordo com Guthrie (1967) atualizado por Maho (2009).

Na Guiné-Equatorial ocorre o que Calvet (em 2006) chamou literalmente de “guerra das línguas” porque houve uma intenção de oficializar várias línguas que por sinal não são usadas na prática. Entendemos que seja uma política linguística “ambiciosa” que não ajuda efetivamente a população equatorial-guineense. Esse receio também é apresentado por Darrigol (2016) quando debate o estado das línguas daquele país. O espanhol salta a vista enquanto as outras línguas oficiais ainda estão hiber-

nando ou mesmo sendo usadas de forma tímida, uma vez que há dificuldades no planejamento linguístico (CALVET, 2006; SEVERO, 2013). Cada uma dessas línguas oficiais quer o seu espaço, num mesmo povo e num mesmo país composto por pouco mais de 2 milhões de habitantes.

O país faz parte da zona do Franco e a Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), bem como a Organização Internacional da Francofonia. Mas também manifesta o interesse de estar na CPLP para expandir seus espaços de contato e acomodação, mesmo que a língua não seja relevante. O português é ensino no ensino secundário do 1º e 2º ciclo e é língua de concurso para ingresso na universidade (equivalente ao ENEM, no Brasil).

A presença da Guiné Equatorial na CPLP já cumpre a função principal da comunidade que é a internacionalização da LP. Não é possível falar em variedade equatorial-guineense do português porque nos parece que ainda não há falantes do português como língua materna e o planejamento ainda. A expansão da LP nesse país durará muito tempo, porque até hoje, pouco ou nada se cumpriu com relação ao compromisso político firmado pelo país para ingressar na CPLP.

11.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos PALOP existe uma diversidade linguística muito grande com mais de 50 línguas. Estudos não afirmam com precisão quantas línguas e quantos dialetos existem. Se entendemos a língua como parte da cultura e por meio dela compreendemos a visão do mundo desse povo, então precisamos desenvolver pesquisas que possam resgatar as línguas em perigo de extinção colocando em evidência a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), da qual os PALOP são signatários.

Considerando o cenário apresentado, se tornam latentes duas perspectivas de internacionalização do português: a) a internacionalização do português em espaços não lusófonos; e b) a internacionalização da variedade africana do português na lusofonia. Muitos músicos dos PALOP, muitos escritores, artistas plásticos e de qualquer forma, muitos estudantes bolsistas ou não, muitos refugiados de guerra, refugiados políticos, refugiados econômicos e sociais difundem a LP além-fronteiras. A presença de um PALOP no Brasil, internacionaliza a variedade africana. A presença de um PALOP nos EUA não internacionaliza apenas a LP como também difunde a variedade africana do português.

Defendemos que a LP pode se internacionalizar mais na África se os PALOP se sentirem “donos” da língua. Daí importância da normatização das variedades para a autoestima, tanto no ensino quanto no uso cotidiano da variedade. A gramática pluricêntrica abre caminhos, abre um leque de oportunidades e dá confiança ao utente da língua. No entanto, a existência de dicionários e de gramáticas próprias da variedade normatizada dá mais autonomia, para além de oferecer confiança aos cidadãos.

Para a efetividade das políticas de expansão, é preciso apoiar financeiramente os

PALOP na instalação de cursos de LP nos países vizinhos, bem como apoiar a criação de exames e certificação de proficiência em português. A LP nos PALOP pode se internacionalizar mais quando os governos dos PALOP tomarem consciência da relevância da “negociação linguística” com os países vizinhos. Como mostramos, em alguns países vizinhos dos PALOP, como na África do Sul, Namíbia e Senegal, há ensino da LP. No entanto essa iniciativa não é ação de política linguística dos PALOP, e sim decorrente do interesse desses países. Nesse processo, cabem alguns questionamentos: Se os PALOP nem têm o seu próprio dicionário e sua própria gramática, como podem incentivar países vizinhos a falar e a estudar português? Se os PALOP ainda são preconceituosos com as suas variedades e veem o português de Portugal como modelo de variedade, como terão a coragem de ensinar os seus países vizinhos? Essas são questões que merecem investigação.

Por outro lado, as línguas autóctones não podem ser descartadas como alheias à CPLP. Os membros da CPLP pensam em LP a partir das línguas autóctones, daí a relevância de apoio para que falantes dessas línguas sejam estimuladas. O português africano é fruto das línguas africanas, o português brasileiro é fruto de línguas africanas e de línguas indígenas brasileiras, o português timorense é fruto das línguas asiáticas. Então, não se pode descartar a relevância dessas línguas na formação das variedades do português. Por isso que Ki-Zerbo (2006) compreendia que “os camponeses estão mergulhados num complexo de inferioridade, pelo fato de lhes falarem numa língua estrangeira. Devo dizer-lhe que, se passarmos ao registro das línguas africanas, os camponeses hão de se apresentar como a elite, e não como aqueles que se arrastam atrás e que devem ser puxados à força”. (KI-ZERBO, 2006, p. 152). Ki-Zerbo dizia essas palavras para elucidar a igualdade de línguas. A LP veio somar na África e não para apagar as línguas autóctones. É justamente essa mentalidade que faz com que haja distanciamento estratégico para que as línguas locais continuem sendo de identidade e da cultura.

A formação das variedades africanas de português resulta em grande medida do contato entre o português e as línguas locais que são pertencentes aos grupos bantu, khoisan e asiáticas. Em todos os países que fazem fronteira com os PALOP há um contato permanente de línguas, tanto de origem europeia quanto as de origem asiática e africanas. As pessoas se movimentam. Trocam experiências, têm relações de parentesco e estabelecem trocas comerciais. Essas relações direta ou indiretamente influenciam na variação do português africano. O contato linguístico é inevitável nas línguas naturais. Nenhuma sociedade se mantém estável no tempo e no espaço. Essas mudanças sociais, culturais, econômicas ou tecnológicas podem influenciar na variabilidade da língua.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. *Constituição da República*. Luanda: Assembleia da República, 2010.
- BARNES, Lawrie; McDULING, Allistair. The future of portuguese in South Africa: maintenance and shift factor. *Taylor & Francis Online*. v. 26, p. 147-162, 2008.

- BARRY, Alpha Ousmane. Le français et les langues nationales en Guinée : complémentarité ou accommodation ? In: NGLASSO-MWATHA, Musanji (Dir.). *Le français et les langues partenaires: convivialité et compétitivité*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2021, p. 45-64.
- BOSTOCK, William W. South Africa's evolving language policy: educational implications. *Journal of Curriculum and Teaching*. v. 7, n. 2; p. 27-37, 2018.
- CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde: Lei Constitucional 1/V/99, de 23 de Novembro, Praia, 2010*.
- CALVET, Louis-Jean. *La guerre des langues et les politique linguistiques*. Paris: Hachette, 2006.
- CARVALHO, Ineida Romi Tavares Varela de; SÁ, Alcindo José de. O retorno de emigrantes e o problema de reinserção em Cabo Verde. *Revista de Geografia*. v. 24, n. 2, p. 121-135, 2007.
- DABÓ, Mohamed Malam. O percurso da padronização e oficialização do crioulo guineense. Pet História: *Anais do X Encontro dos pesquisadores iniciantes das humanidades*. Universidade Federal de Sergipe, 2021, p. 52-63.
- DARRIGOL, Adeline. *État des langues en Guinée équatoriale. Contextes et didactiques*. 2016.
- GORA, Ruth Babra. (Re-)integrating african languages into the zimbabwean school curriculum. In: SHIZHA, E.; MAKUVAZA, N. (eds.). *Re-thinking Postcolonial Education in Sub-Saharan Africa in the 21st Century*, 2017, p. 141-158.
- GUINE-BISSAU. *Constituição da República*. Bissau: Assembleia, 1996.
- INE/GB. Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. *Recenseamento populacional*. Guine Bissau: INE, 2009.
- KABALE, Sim Kilosho. Le français et les langues nationales en République démocratique du Congo. In: NGLASSO-MWATHA, Musanji (Dir.). *Environnement francophone en milieu plurilingue*. Pessac: Presses Universitaires de Bordeaux. 2021, p. 405-418.
- KIAMBA, Claude-Ernest. *Construction de l'Etat et Politiques de l'Enseignement au Congo-Brazzaville, de 1911 à 1997*. Une contribution à l'analyse de l'Action publique en Afrique noire. Histoire, Philosophie et Sociologie des sciences. Institut d'études politiques de Bordeaux; Université Montesquieu, Bordeaux IV, 2007.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África?* Entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- LABRUNE-BADIANE, Céline. Affirmation d'une identité afro-portugaise et éducation en Casamance fin du XIXe siècle début XXe siècle. *Afrika Zamani*, n. 20-21, 2012-2013, p. 131-147, 2014.

- LEVISKI, Charlott Eloize; TIMBANE, Alexandre António. A Guiné-Equatorial no cenário lusófono: política e planejamento linguísticos. In: SOUZA, Sweder; OLMO, Francisco Calvo. (org.). *Línguas em português: a lusofonia numa visão crítica*. Porto: Universidade do Porto, 2020. p. 119-135.
- MAHO, Jouni Filip. The online version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the Bantu languages. *NUGL Online*. 4 juni 2009.
- MAKITA, Jean-Claude Makomo. La politique linguistique de la R. D. Congo à l'épreuve du terrain: de l'effort de promotion des langues nationales au surgissement de l'entrelangue. *Synergies: Afrique des grands lacs*. n°2, p. 45-61, 2013.
- MAKONI, Sinfree. A critical analysis of the historical and contemporary status of minority languages in Zimbabwe. *Current Issues in Language Planning*, v.12, n.4, p. 437-455, 2011.
- MATIKI, Alfred J. Language planning and linguistic exclusion in the legislative process in Malawi. *World Congress on language policies*. p. 1-16, 2002.
- MOÇAMBIQUE. *Constituição da República*. Maputo: Assembleia da República, 2004.
- NAMÍBIA. Ministry of Basic Education, Sport and Culture. *The Language Policy for Schools in Namibia*, Windhoek: MBESC, 2003.
- NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos, Redenção-CE*, v. 1, n. 01, p. 39-57, 2017.
- NGONYANI, Deo. Language shift and national identity in Tanzânia. *Ufahamu: a journal of african studies*. v. 23, n. 2, p. 69-92, 1995.
- NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. *The bantu languages*. Routledge: Abingdon, 2014.
- PAKENDORF, Brigitte; STONEKING, Mark. The genomic prehistory of peoples speaking Khoisan languages. *Oxford Journals*. v. 30, n. 2, p. 49-55, out. 2020.
- PEDRO, Leonardo Tuyenikumwe; MUSSILI, Paulino Luís. Aspectos sóciohistóricos dos povos !kung (khoisan) de Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, vol. 1, n° Especial, p. 164-188, 2021.
- PETTER, Margarida. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- PITTON, Liliane Meyer. Visites bilingues à la frontière des langues: la mise en produit d'une situation linguistique pour le tourisme. *Langage & Société*, n. 163/1, p. 11-32, 2018.
- RODRIGUES, Ângela Lamas. *A língua inglesa na África: opressão, negociação. Resistência*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.
- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. *Constituição da República*. Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 6 de Dezembro de 2002.

- SEVERO, Cristine G. Política (s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa*, v. 7, n. 2, p. 451-473, 2013.
- TIMBANE, Alexandre António. *A variação e a mudança lexical da Língua Portuguesa em Moçambique*. 318f. (Tese). Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.
- TIMBANE, Alexandre António; MANUEL, Cátia. O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? embate sobre os conceitos. *Revista de Letras – Juçara*, v. 2, n. 2, p. 107-126, 2018.
- UNESCO. *Declaração Universal do Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO, 1996.
- UNIVERSITÉ CHEIKH ANTA DIOP. *Actes Du Colloque International Enseignement Réciproque Du Français Et Du Portugais En Afrique Occidentale*, 6 et 7 décembre 2004, Dakar.
- VELEZ, Rui Manuel Proença Bonita. *As Relações entre Portugal e o Zaire (1968-1974)*. 2015. 448f. (Tese) – Departamento de História. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.